



DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE FRONTEIRAS E NOVAS FORMAS DE USO DO TERRITÓRIO: O CASO DO HAITI E DA REPÚBLICA DOMINICANA

GUERBY SAINTE

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP

Resumo: Este artigo se propõe a analisar o desenvolvimento das fronteiras e novas formas de uso do território, tendo como foco da fronteira do Haiti e da República Dominicana. Parte-se de uma análise de que a fronteira é determinada como uma faixa de contato com outras soberanias, com espaço aéreo, com o mar e terrestre, nas quais as delimitações jurisdicionais e do direito de uso são controladas pelas leis internacionais. Nesse contexto, a fronteira se define como uma região sensível, na qual os direitos da soberania dos Estados se unem territorialmente. Isto é um reflexo das disputas dos diferentes interesses envolvidos na gestão dos limites territoriais de alto interesse geopolítico geoestratégico estatal.

Palavras-chaves: Região de fronteiras. Uso do território. Comércio transfronteiriço.

Introdução

Haiti (10.700.000 habitantes) e República Dominicana (10.500.000 habitantes) compartilham a ilha de Hispaniola, porém, existe um profundo processo de diferenciação enraizado na divisão colonial realizada entre França e Espanha. Essa diferenciação herdada constitui uma espécie de “dupla insularidade” (THEODAT, 1998), marcada por considerável desigualdade socioeconômica, fortes diferenças culturais e pela inexistência de marcos institucionais (binacionais ou supranacionais) para a viabilização da integração fronteiriça (DE JESUS CERDANO; ALFONSO, 2005; ALFONSO, 2016; SAINTE, 2020).

Destaca-se, por meio de uma observação feita sobre a fronteira que delimita o território do Haiti e da República Dominicana, que, segundo Moudden (2006), a fronteira é representada de maneira abstrata e notória em um mapa de divisão política. Porém, essa identificação é exteriorizada, uma vez absorvida na vida das comunidades fronteiriças, como uma realidade muito heterogênea e complexa. Torna-se essencial para os fronteiriços e os contrabandistas que o Estado desempenhe uma função na luta pelo controle do território com consequência na dinâmica das técnicas de atravessamento e fortalecimento geopolítico dos episódios demográficos, da ampliação nas reflexões políticas de uma interdependência de Estado e da segurança de suas próprias fronteiras territoriais.



Dinâmicas territoriais fronteiriças e articulações geográficas

A fronteira é, portanto, um instrumento que depende das conjunturas sociopolíticas e socioeconômicas. Vale lembrar o pensamento de Raffestin (1974), para quem a fronteira usa como uma projeção as preocupações do Estado nacional. Porém, essas consequências específicas criam fenômenos que estão além do controle estatal. Nesse âmbito, a fronteira tem capacidade de criar ou destruir ambientes vivos sem uma intenção consciente que presida essas criações ou destruições. Assim, essas margens territoriais têm suas próprias particularidades que resultam de um confronto de diferentes sistemas organizacionais e regionais. Também, nelas pode existir uma diferenciação absoluta porque a impermeabilidade é completa, ou seja, uma homogeneização por osmose.

A condição atual do regionalismo e das margens territoriais de fronteira entre Haiti e República Dominicana está relacionada especialmente às eventualidades das ordens mundiais provocadas pela globalização. As evoluções tecnológicas em transporte e comunicação modificaram a forma como os países, empresas e pessoas se correlacionam nas zonas de fronteira. Se, no período antecedente, o Estado-nação era considerado como o caminho para e o centro de evoluções societais globais, na fase recente do regionalismo e das fronteiras os intercâmbios foram gradativamente transnacionais, extrapolando os territórios nacionais de formas não antes vivenciadas, gradualmente distanciando-se do controle do Estado.

Portanto, essa transnacionalidade de forças motrizes das dinâmicas políticas, econômicas e culturais, devido ao crescimento do comércio global e dos fluxos econômicos transnacionais, à expansão da densidade e à velocidade das redes de comunicação, além da movimentação ampliada entre/dentro das organizações culturais diferentes, acrescentou a percepção de uma interconexão global, gerando apreensão de novos desafios e oportunidades em todas as categorias da sociedade, inclusive as fronteiriças.

Em virtude do que foram observadas, suas particularidades multidimensionais não estão geralmente restritas a inquirições de comércio, economia e segurança. Assim, nota-se uma pluralidade de representações institucionais e uma cooperação mais dinâmica e atuante de atores corporativos, A mobilidade do capital e da sociedade civil, das pessoas, da informação e indústria, fez com que os decisórios políticos discutissem a sua importância em condições econômicas dentro desta atual ordem mundial, nacional e regional. Nessa perspectiva, diversas organizações foram estabelecidas e vários tratados e sistemas regionais foram apresentados por diversos atores com intuítos políticos, econômicos e sociais. Sendo assim, os atores não estatais requereram inclusão na dinâmica regionalista.



Tal mobilidade, chamado por muitos de regionalização, ou seja, regionalismo informal, tornou-se uma relevante força motriz dos sistemas regionais. Posto isso, o Estado esforçou-se a defender sua soberania territorial frente aos fluxos crescentes, atribuindo o poder para cima, para o lado e para baixo, territorializando a política nacional.

Em decorrência disso, surgiram unidades subnacionais e transnacionais de governança. Uma vez negligenciadas ou desconsideradas como mecanismo secundário da estrutura interestatal, as fronteiras (do Haiti e da República Dominicana) ainda se tornaram um êxito ao ampliar as relações comerciais e os mercados e receber uma função essencial em uma economia gradativamente global e internacional. Desse modo, as áreas fronteiriças foram velozmente metamorfoseadas em núcleos/centros estratégicos, numa disputa público-privada para induzir o capital transnacional. Em relação às cooperações comerciais e dos mercados promovidas nas fronteiras transnacionais, as verificações do questionamento da ordem global admitem a presença de regiões de centro e periferia, dificultando o funcionamento de microrregiões, bem como de suas zonas fronteiriças. Sendo assim, as fronteiras passaram a ser usadas para assegurar a inserção de certas microrregiões na estrutura econômica global e nacional, tornando-se o objetivo de uma reorganização produtiva no planeta.

É nesse sentido que as margens territoriais possuem suas próprias particularidades em choque com diversas estruturas organizacionais que identificaram e foram à peculiaridade filtrante das fronteiras, abertas aos produtos, à informação e ao capital, passando a ser bloqueadas para indivíduos de regiões periféricas. Além do mais, as fronteiras não podem ser compreendidas como um limite, um lugar de embate/antagonismo. Devem ser entendidas como uma zona de transição entre a movimentação subnacional. Ademais, a integração global das fronteiras evidenciou/enfateizou seu papel como um sistema multidimensional de articulação e de homogeneização.

Acerca de perspectiva que concerne diretamente à literatura de fronteira, Brandão (2012) reitera a ideia de Boudeville (1973) ao analisar a noção de homogeneização como medida dos fatos, e já se torna uma tradução dos estudos regionais a utilização dessa concepção como fundamento para delimitar fronteiras regionais. Contudo, esse processo não delimita as regiões, mas, sobretudo, afastam-se às fronteiras regionais, transbordam-se limites e criam condições sintéticas universais para o valor se valorizar em condições universais, absolutos e também abrindo horizontes e dispendo de espaço para uma valorização mais ampla do capitalismo, estabelecendo novas relações de equilíbrio comerciais entre os Estados. Sendo assim, a fronteira não resulta apenas do equilíbrio, ela também é modelada pelas forças vitais de dois povos.



A fronteira é elástica porque tem um valor relativo simples, de acordo com a função efêmera que lhe é atribuída pelo grupo que enquadra e por um tempo em que ela se mantém. Assim, ela pode parecer apenas um limite suave e temporário, às vezes rígido e permanente, para as atividades de uma sociedade. Ela se fecha e se abre, não nos obstáculos aos quais se agarra para se fixar, mas quando agitada por dentro de um território (ANCEL, 1938). Verifica-se que uma sociedade estruturada territorialmente em países, Estados e municípios, ainda se levando em consideração as complexas territorialidades existentes nos espaços geográficos, busca delimitar raias fixas, notoriamente caracterizadas e evidenciadas em termos cartográficos através de linhas divisórias (SILVA; TOURINHO, 2017). Com apoio da análise de Ratzel (1987, 1988), Cataia (2010) relaciona as fronteiras em três categorias (tipos): políticas, naturais e artificiais. Desse modo, oferece subsídios para se refletir sobre a tipologia da fronteira e também sobre parte das particularidades que devem ser encaradas ao preconizar a transformação de sua linha de separação.

Quadro 1. Tipologias de fronteiras segundo Friedrich Ratzel

Tipos	Subtítulos	Atributos
Políticas	Simple	Aquela que não tem contato com outra área política.
	Dupla	Demarca duas zonas de contato (por exemplo, de dois territórios nacionais).
	Fechada	São enclaves dentro de uma área política (por exemplo, País Basco).
	Descontinua	São enclaves, isto é, partes de Estados que estão fora de seus domínios territoriais (por exemplo, as Ilhas Malvinas).
	Deficiente	Onde ocorrem conflitos por novas demarcações fronteiriças. Estes indicariam a(s) deficiência(s) da(s) demarcação(ões) anterior(es).
	Elástica	Por falta de boas cartas ou por erros cartográficos, muitas fronteiras aumentam ou diminuem suas extensões. O desenvolvimento técnico aprimorado diminui os “erros”.
Naturais	Marcos físicos	Os limites do ecúmeno são montanhas, rios, lagos, desertos, florestas, costas etc. Os atributos naturais das fronteiras não concernem só ao solo; o povo é aí incluído quando ele constitui um limite étnico.
	Boas	Quando a fronteira se presta, fisicamente, à proteção do Estado em um momento de guerra.
	Más	Quando a fronteira física não se presta à defesa militar de um Estado.
Artificiais	Demarcadas	Qualquer fronteira demarcada por tratado, mesmo que apoiada sobre um marco físico.

Fonte: Cataia (2010, p.12).

Intencionar a redefinição dessas raias territoriais exige, portanto, considerar as tipologias evidenciadas, que mostram uma compreensão maciça de fronteira, vinculada exclusivamente ao território enquanto objeto político-administrativo do Estado. Na prática, apesar da análise fechada do território e da fronteira, essas tipologias contribuem para se entender como tem sido particularmente efetuada a delimitação de linhas divisórias entre



países, Estados e municípios e regiões do território nacional (SILVA; TOURINHO, 2017). Nessa lógica de estabelecer o limite territorial, o território passa a ser representado como uma base fundamental para a formação do Estado-Nação, que, ao mesmo tempo, o moldava (SANTOS; SILVEIRA, 2001). O território é definido como um espaço apropriado, espaço social, espaço usado, o lugar onde se objetiva a reprodução das relações sociais e o cotidiano da vida humana, caracterizado pela disputa de dominação, de poder e de controle (SANTOS, 2003a). Portanto, os territórios podem ser construídos a partir de um espaço onde executam um trabalho nas relevantes relações marcadas pelo poder e pela dominação (RAFFESTIN, 1993).

Segundo mencionado Raffestin (1993), o território é uma construção social que implica o estabelecimento de relações de poder. É, sobretudo, um local de articulação e mediação com o meio externo. O território pode ainda ser identificado, de acordo com seu processo de formação, em quatro categorias: o território cotidiano, das trocas, de referência e do sagrado (RAFFESTIN, 1993). A circulação e o comércio são responsáveis por relacionar territórios separados pelos limites e fronteiras. Essas relações se apresentam sobre vários aspectos, inclusive em suas formas relacional e multidimensional. E o poder é exercido e pode ser historicamente construído na vida cotidiana (SAQUET, 2003 [2001]).

A fronteira é determinada como um espaço construído dentro de limites e, por esses limites, o território é abalado em sua configuração e em sua natureza. Nossa posição é baseada em uma definição de limite que representa a territorialidade como forma de ler os espaços. Do ponto de vista conceitual, não consideramos a territorialidade exclusivamente como um modo de controle territorial (SACK, 1986). Assim, consideramos a hipótese de Raffestin (1993), que define a fronteira como um limite territorial, apesar de a existência concreta e material da fronteira assumir uma extensão incontestável e notoriamente relacionada ao espaço. Assim, o Estado, nesse contexto, passa a existir quando uma população estabelecida num território exerce a própria soberania. Em seguida, para instalar-se, deve o Estado reunir três particularidades basilares: o território, o governo e a população, exercendo a autoridade soberana do país.

Esta análise de fronteira é importante para o caso do Haiti e da República Dominicana, que haviam passado por um processo de colonização e de descolonização. Após tanto sofrimento durante o período de escravidão, a população desse território afrontou os poderes colonizadores através de uma luta violenta, e, depois, uma ilha, um só território passa a estabelecer uma luta pela delimitação da fronteira para tornar-se dois Estados em uma única ilha marcada por certos eventos geográficos.



Os eventos geográficos referentes à divisão e à demarcação da ilha, segundo Santos (1979), são sempre presentes, mas não obrigatoriamente efêmeros, decorrendo da noção de duração, período de tempo definido em acontecimentos efetivos. Então, esses eventos geográficos possuem uma duração natural, resultante do próprio acontecimento e de uma duração de organização, como no contexto de leis e normas (acordos, tratados) que intervêm na duração dos eventos geográficos (como se refere no caso dos eventos geográficos marcados para a divisão política da ilha pelos poderes coloniais).

No entendimento do autor, para compreendermos as periodizações, é importante analisar a ideia de evento. Nesse sentido, os eventos transformam as coisas e modificam os objetos, dando-lhes novas particularidades. Assim, os eventos não podem acontecer se não houver atores e sujeitos. Portanto, os eventos históricos e geográficos dispõem-se na atuação/atividade humana (SANTOS, 2004) sobre o território.

Por meio desses eventos históricos e geográficos que dispõem a atividade humana, o território é, de fato, caracterizado e qualificado pelos fatores de identidade, territorialidade, cultura, entre outros. As disputas pelos usos do território estabelecem as lutas acirradas pelo poder; e é por essa razão que território e poder constituem-se em um par dialético. As relações de poder são caracterizadas por uma organização social e política dada, resultando inevitavelmente em conflitos (SOUZA, 2014). Em relação a essa questão, o território é um espaço qualificado pela preponderância de um grupo de pessoas, sendo determinado pelo controle político de âmbito territorial e espacial, que, no mundo contemporâneo, estabelece áreas de domínio estatal (MORAES, 2005). Todavia, o território é tomado como um dado essencialmente social, e procura-se compreendê-lo enquanto uma realidade cindida, mas indissociável, entre materialidades e ações, objetos e normas, técnica e política (SANTOS, 2005).

Assim, correlaciona-se a questão do conteúdo da fronteira nacional com o que envolve a complexidade da exigência das normas de controle do Estado e da unificação. Portanto, são geralmente representados os limites e, também, vinculados à técnica, que constroem fronteiras e que informam sobre a natureza dos projetos que conduziram à influência hegemônica em confronto com outras ações dos agentes que disputaram seus conteúdos ou aquelas tantas vezes exclusivas na escala do cotidiano dos indivíduos (RIBEIRO, 2004). Esse processo de destruições e construções realizadas no estabelecimento da fronteira faz parte daquele espaço, qualifica-se para as apropriações no tempo que está por vir.

Em relação a essas discussões estabelecidas sobre o poder do Estado de exercer um controle real e legal sobre o território e operar na escala nacional, essas desintegrações



se outorgam e, portanto, existem fronteiras internas que são geralmente concebidas através de projetos diferentes. Esses movimentos constituem-se por meio de uma construção social, todavia não podem possuir fraturas, visto que os localismos e também os regionalismos compartilham descontinuidades territoriais. Trata-se de uma dinâmica histórica, e, por essa razão, as fronteiras são históricas, e não naturais (CATAIA, 2010). Esses conceitos discutidos e debatidos estão relacionados à situação sócio-histórica e espacial da fronteira do Haiti e da República Dominicana. Assim, limite territorial é unívoco em um mapa geopolítico. Para estabelecer a soberania de maneira plena, para o bom funcionamento do Estado, no objetivo de manter o controle e de proteger a sua população, tanto a fronteira quanto o território é, de fato, um componente relevante, pois delimitam não apenas as vinculações de comércio entre os Estados nacionais, mas toda a zona de convergência ou de cruzamento entre sistemas distintos no interior e, conseqüentemente, as mesmas unidades territoriais e políticas de abertura e fechamento.

Políticas territoriais, comércio informal e suas interações espaciais

A marca colonial desempenha um papel fundamental na ilha de Hispaniola porque, no cenário atual, dois Estados coexistem nesta ilha, e isso se deve em grande parte à construção da identidade criada pela divisão colonial. A reunificação política dos dois lados não ocorreu em momentos cruciais em que teria sido estrategicamente possível (THEODAT, 2003), mas desenvolveu uma relação comercial muito grande entre si. Desse modo, Cataia (2013) ressalta que a presença de limites em zonas, precisamente as zonas de fronteira, ocorre geralmente em áreas de contato entre duas ou mais fronteiras, onde é estabelecida uma vida de relações organizacionais em torno da circulação entre diversas culturas, dando origem a certa condição de imbricação, e não precisamente de hibridiz. Nessas zonas de fronteira são plausíveis revelar-se a existência de um terceiro, desde que os dois que deram origem a ele desapareçam, visto que, quanto maior é a interferência de um sobre o outro, mais a circulação passa a ser ampliada ou fortalecida nas redes de mercadorias informais.

Tabela 1. Principais produtos de importações informais dominicanas do Haiti. 2017 (em milhões de US\$)

Descrições	Ano de 2017
Calça comprida, calça com macacão, calção, e calções de algodão, para homens ou rapazes (excluídos malha, cueca e calça de banho).	31.132
Camiseta de malha e de algodão	6.086
Tecidos de fibras sintéticas descontínuas, contendo fibras descontínuas de poliéster > = 85%, em peso, ou padrões.	727
Artigos para pesca, salabardos, rede de borboletas e redes similares;	423



chamarizes e artigos de caça semelhantes (excluído, reclamamos de qualquer tipo e pássaros empalhados)	
Tecidos de fio de alta tenacidade, nylon ou outras poliamidas, incluído os monofilamentos do título > = 67 decitex, e cuja maior dimensão da seção transversal ser <= 1 mm	230
Artigos de plásticos e obras de outras matérias de rubricas 3901 a 3914, N.C.O.P. (excluídos produtos de 9619).	217
Misturas betuminosas à base de asfalto ou betume naturais, betume de petróleo, alcatrão mineral ou piche de alcatrão mineral (por exemplo: mástiques betuminosos, partes cortadas).	199
Tecidos de algodão, com um teor de algodão elevado, mas <85%, em peso, excepto aqueles em que o algodão é misturado exclusiva ou principalmente com fibras sintéticas ou artificiais, com peso <= 200 g/m ² , tingidos	186
Máquinas de costura domésticas	175
Máquinas de costura industriais (excluindo unidades automáticas)	167
Total	39.542

Fonte: Dados adaptados do MICM; DICOEX (2018).

De fato, os valores das exportações informais vindas da República Dominicana para o território haitiano são mais ou menos mensuráveis, visto que a natureza desse comércio não é registrada em nenhuma instituição pública. Devido os efeitos de fortalecimento de controle das fronteiras entre os Estados, os dados de fluxos de mercadorias informais significativos relatados no Quadro 1, mostra que o governo deve exercer mais controle sobre os postos transfronteiriços pelo fato de que milhões de dólares de receitas potenciais são perdidos devido à excessiva porosidade da fronteira, e esse dinheiro poderia ser usado para o crescimento da economia do país.

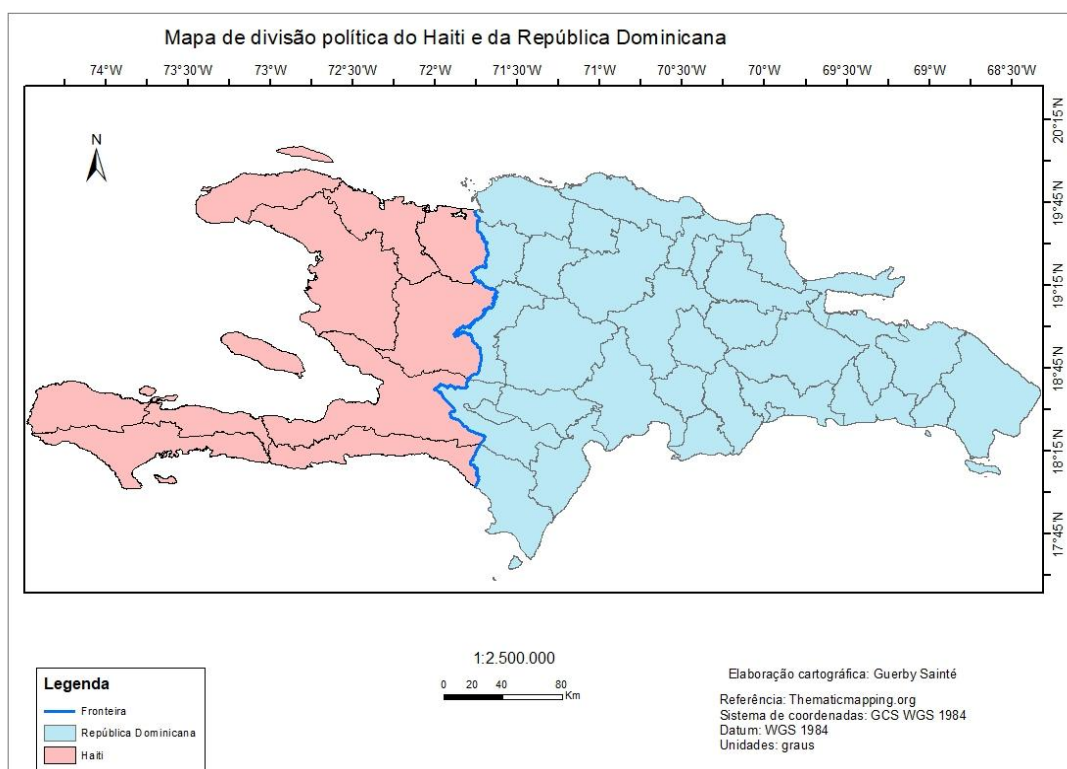
Quando levamos em conta nossas importações informais, ou seja, aquelas que não são registradas e são adquiridas por contrabando ou nos mercados de fronteira, Segundo relatório da CFI (2016), essas perdas dos comerciais informais poderiam ter atingido um valor de US\$ 83 milhões a US\$ 184 milhões durante o ano de 2014. E, segundo dados de MICM; DICOEX (2018), esses produtos de importações informais passaram no ano de 2017, e alcançaram um valor total de US\$ 39.542 milhões.

Dentre os principais produtos informais mais importantes que transitam nas fronteiras para o Haiti, estão: calças compridas, calça com macacão, calção e calções de algodão, que representaram um valor de US\$ 31.132 milhões, e também camisetas de malha e de algodão, que corresponderam a um valor de US\$ 6.086 milhões durante o ano de 2017. Há também Tecidos de fibras sintéticas descontínuas, que contaram um valor de US\$ 727 milhões, e os produtos de importações de artigos para pesca, rede de borboletas e redes similares, que representaram um valor de US\$ 423 milhões. Dentre os outros, são produtos de importação mais destacados que cruzaram as fronteiras dominicanas para o

Haiti pelas vias aéreas de fronteira durante o ano de 2017, fora do controle da fiscalização e das normas dos agentes aduaneiros.

Em razão de fluxos de mercadorias informais ou ilegais entre as duas cidades limítrofes, pode-se afirmar que a região de fronteiras se torna uma área inconsistente/desequilibrada, de mapeamentos problemáticos e complexos, visto que são manchas territoriais frágeis que se retrocedem e amplificam com uma fugacidade que surpreende, principalmente com a globalização cultural e econômica que se estabelece na região de fronteira. Todavia, apresenta-se também uma estrutura diplomática e militar extremadamente estatal, que não se mistura com a faixa fronteiriça, apesar de contar com a linha como ponto de referência. E, por meio dessa estrutura, reconhecem os limites em linhas, ou seja, a linha de fronteira, a mais almejada das fronteiras políticas. Em vista disso, propõe-se que os territórios nacionais sejam demarcados por linhas mais nítidas entre os Estados. É nesse contexto que a fronteira muda de lugar por meio dos acordos políticos entre os dois países coloniais e mantém-se um limite significativo, como apresenta a Mapa 1, que mostra a nova divisão política do território do Haiti e da República Dominicana.

Mapa 1. Mapa de divisão política do Haiti e da República Dominicana



Fonte: Sistema de projeção cartográfica WGS1984, Thematicpping.org (2019).
Elaboração própria do autor (2019).



Dado o exposto da delimitação de fronteiras entre o Haiti e a República Dominicana, segundo a reflexão de Machado (2000), as linhas que demarcam os dois territórios nacionais possuem atribuição internacional na medida em que são referências para a construção das relações diplomáticas, desempenham papel de estrutura para o reconhecimento da zona de fronteira que é vivida e da zona de fronteira que é constitucional. Além disso, há limites no território nacional que se cristalizam economicamente nas fronteiras representados pelos passos de fronteira (alfândegas), designados como nódulos nas delimitações de fronteira. Conforme menciona Cataia (2013), a fronteira representa-se como uma arquitetura material aduaneira por onde pessoas e mercadorias que nela circulam são reconhecidas como legais por ambos os Estados que desempenham/efetivam seu poder em cada área da fronteira. Como nem todos os comércios (mercadorias) e pessoas que cruzam as fronteiras são inspecionados/legalizados pelos Estados como legais, grande parte das linhas de fronteira são geralmente vazadas por uma economia ilegal e mercadoria informal.

Em virtude do maior fluxo de circulação da economia legal, Cataia (2013) expõe que, em suas particularidades econômicas, há nódulos de redes legais – materializados nas alfândegas, e também uma infinidade de trocas e circulações que se realizam de fato, apesar das leis e normas dos Estados nacionais proibindo as áreas de fronteiras a serem reiteradamente erodidas pelas mercadorias. Em relação a isso, Jessop (2002) estipula que as relações transfronteiriças geralmente existiram entre os Estados. Portanto, o comércio, com base na complementaridade e nas proximidades geográficas, desenvolveu-se ao longo da história nos padrões regional e sub-regional, na hipótese de que os países participantes proibissem transações transfronteiriças por motivos políticos, de segurança e econômicos.

Posto a forte complexidade que envolve na relação comercial das fronteiras, Machado (2000) expõe que as conjunturas marcadas da ilegalidade assim como o tempo e espaço geopolítico são completamente diferenciadas, ao prevalecer à complexidade do papel do território que constrange, e influencia o comportamento das pessoas e das organizações as quais permanecem, porém, essas complexidades dos caminhos traçados pelos circuitos não são obrigatoriamente um reflexo da complicação dos circuitos espaciais, mas, põe em práticas a complexidade de território e a zona de fronteira.

Em virtude desses fatos mencionados, destaca-se que a zona de fronteira existente entre o Haiti e a República Dominicana não se constitui exclusivamente como um espaço político onde cada Estado mantém o controle no limite dessa jurisdição, mas, também desempenha um papel relevante na passagem e de caminhos para o trânsito de pessoas e fluxo de mercadorias, de um Estado para o vizinho. As zonas fronteiriças entre Haiti e



República Dominicana, além das divergências ideológicas, político-institucionais, culturais e econômicas, exercem em ambos os Estados e práticas sociais transnacionais, às vezes ilegais, que constantemente produzem demarcações nacionais instituídas. Tendo em vista as demarcações estabelecidas entre o Haiti e a República Dominicana, Machado (1998) afirma que a zona de fronteira favorece os Estados que possui um ganho específico por meio da presença da fronteira, contiguidade e da confinidade dos dois territórios nacionais, um domínio essencial no âmbito da formação territorial e também para a mobilidade das populações fronteiriças.

A escala estatal, nacional ou internacional desempenha um controle exclusivo sobre o território relatado em uma jurisdição dos Estados insulares. Essa escala contém e abrange as regiões internas e também periféricas, que frequentemente continuam no outro lado da fronteira (MOUDDEN, 2006). A fronteira ocupa uma função importante para a dinamização e movimentação de fluxo de pessoas e de cargas de mercadorias. Portanto, a zona de fronteira representa um lugar estratégico para os dois países os quais são historicamente desiguais. Todavia, a via de transporte é praticamente um meio natural no exercício de intercâmbio entre o Haiti e a República Dominicana. Portanto, a região de fronteira internacional entre os dois países não havia estabelecida um regulamento de trânsito terrestre transfronteiriço comum, como ocorre na maioria dos países adjacentes e entre os Estados circunvizinhos, por exemplo, no caso a fronteira entre o México e os Estados Unidos que é regularizada.

Assim sendo, a abertura da fronteira tem um significado específico para o comportamento da fronteira como uma fronteira internacional levada em conta devido às suas implicações para o futuro. Portanto, a fronteira aparece exclusivamente como um espaço coeso e observado do exterior, enquanto no seu interior, com suas comunidades e atores, a periferia é percebida como uma cadeia de diferentes espaços socioculturais ligada entre si (ALFONSO; DE JESUS CERDENO, 2005). Em vista disso, podemos entender que essa a confinidade/contiguidade geográfica e separação étnica, política, institucional, econômica, social e cultural produzem um grau heterogêneo que particulariza uma região de fronteira da outra, na qual o nível de cooperação e de conflito é capaz de viabilizar uma divergência nas relações sociais da população transfronteiriça que, relativamente, interagem entre si.

Por meio dessas interações socioespaciais, das relações econômicas e políticas estabelecidas entre os Estados, a fronteira passa existir e ter vida, funciona como um espaço permeável, membranoso, poroso, possibilitando o trânsito de diferentes componentes, presenteando uma feição categoricamente seletiva, pois é da natureza da



fronteira que faz com que ela ocorra a passagem ou de interdição, o fluxo de movimento de pessoas, de troca de informação, de ideias, e pode ser interferindo numa esfera de comunicação, com a eventualidade de ruídos, estados de consciência, de substâncias, de objetos. Somado a essa particularidade, ela possui uma representação na organização espacial de mais complexidade do território, na dispersão e na construção de significados do universo através de estrutura territorial do Estado.

Como a fronteira é gradualmente diversificada, a mesma considerada as distinções nos níveis de desenvolvimento, assim, a abertura das fronteiras afeta a irradiação de uma economia de serviços, situação que fez o comércio se tornar a atividade primária, ou seja, a dinâmica que condiciona o restante dos setores e proporciona as cotas mais altas de renda e empregos. Conseqüentemente, a vida urbana também prevalece, o que em alguns lugares como no norte e no sul, influencia o surgimento de pequenas cidades que atuam como enclaves de serviços que fazem com que essas populações mantenham as interações nas áreas de fronteira (MEZZADRA; NEILSON, 2016). Tais interações na zona de fronteira permitem que as aglomerações transfronteiriças estejam em duplo jogo recorrente de colaboração e individuação. Mas mostra ainda mais como a fronteira é transformada em um recurso. Portanto, um recurso simbólico que possibilita colaborar sem dissolver as identidades locais em um conjunto extensivo. De outro lado, um recurso funcional a partir do qual os espaços rebaixados da periferia são desqualificados. Esse recurso também está articulado em práticas sociais, culturais e de interatividades (AMILHAT-SZARY; FOURNY, 2006).

Como diria Moudden (2006), sendo possível entender que as fronteiras podem ser determinadas como instituições territorializadas, aplicando em escalas distintas que nem a todo o momento são complementares. No contexto de escala local e regional, as práticas sociais se modificam em conformidade com a abertura da fronteira do Haiti e da República Dominicana, às vezes pelas barreiras, pelos recursos, na medida em que o Estado lhes concede. Portanto, a presença da delimitação é um aspecto de diferenciação de identidades, culturas opostas, linguagens e de comportamentos.

E compreender a ação do Estado territorial continua fundamental, mas é preciso ir além do Estado Westphaliano – um território de exercício do poder do Estado, cercado por fronteiras claramente demarcadas onde vigora um regime jurídico-político – para compreender o território usado e praticado (SANTOS, 1993; RIBEIRO, 2005), que é produzido cotidianamente “*por abaixo*” (JAQUET, 2008) da fronteira formal, usada como uma arena onde condições de todas as ordens, a despeito de sua força, independentemente de sua força desigual, atribuem à criação de condições, ou seja, todas as trocas – de



mercadorias, de ideias, de pessoas, de informações nas fronteiras dominicano-haitianas—que autorizam solidariedades locais, mas que não se inscrevem no campo do formal.

O raciocínio dos temas de referência de solidariedades locais e regionais remete-se ao enraizamento nacional e estrutural do espaço social e geográfico. Nesse sentido, a informação de promover o estabelecimento de novos limites territoriais, mais indeterminados, que coincidam com uma territorialidade recomposta a diferentes esferas espaciais, inclusive ao nível local à escala regional e mundial. No período contemporâneo, a evolução do conceito de fronteiras é essencial para a disparidade, e também a simplificação da evolução dos conceitos de cidadania, identidade, lealdade nacional, exclusão e integração coletiva entre o Haiti e da República Dominicana.

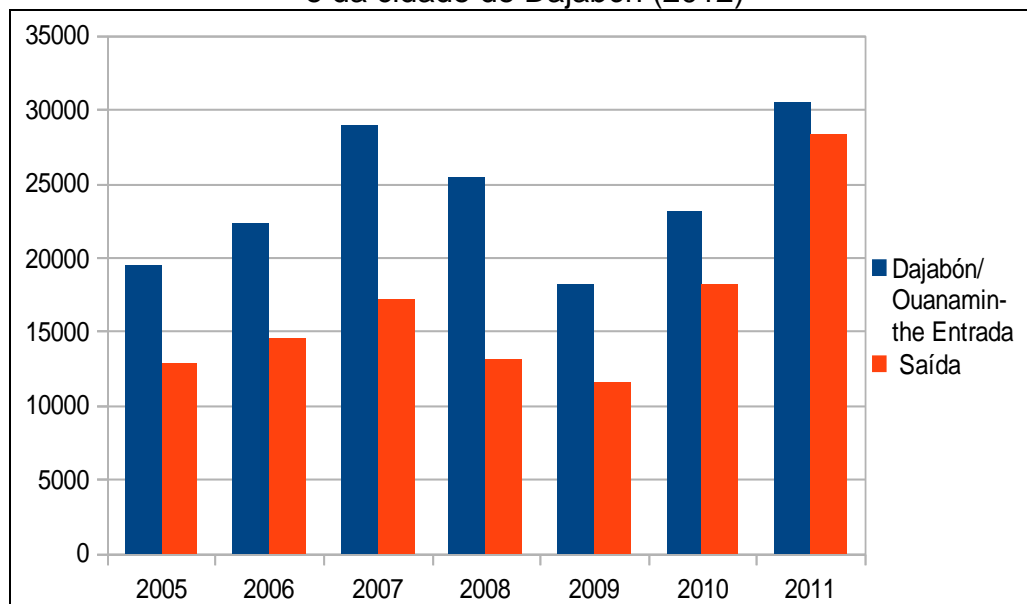
Nessa perspectiva, Valero (2008) ressalva, que embora múltiplos fluxos espaciais intervenham nessa dinâmica, considerou-se examinar a mobilidade entre fronteiras em torno de atividades comerciais e movimentos migratórios de mão de obra. O impacto das políticas econômicas será tomado como o fio condutor e refere-se ao caso de Ouanaminthe e Dajabón, cidades relacionadas ao mercado de câmbio e seus efeitos sobre a taxa precisa ou cambial da moeda nacional. Do ponto de vista geográfico, a rede é concebida como o conjunto de lugares, cidades e territórios articulados, resultante da combinação dos fluxos de pessoas, capital, comerciantes, informação, decisões de políticas públicas e relações de agentes privados, apoiada, por sua vez, nos sistemas de transporte e comunicações.

Assim, por meio da produção de subjetividade, a fronteira está sempre presente dentro desses conflitos. É nesse contexto que se percebe que a inter-relação entre as disputas construtivas de cada área de fronteiras e a reprodução de subjetividade. Isso reflete a situação da fronteira entre o Haiti e a República Dominicana, que sempre está sob o controle da força arma dominicana. Importante destacar Moudden (2006), a percepção da fronteira é, portanto, constituída por seus próprios bloqueios sincrônicos e limitações à liberdade de trocas comerciais e de circulação de fluxo de pessoas, de ambos os lados, e determinada por uma sensação de incompletude. Assim, essa tipologia de cidades-gêmeas entre o Haiti e República Dominicana, baseia-se, ao mesmo tempo, na vitalidade econômica da zona e na intensidade de sua cooperação nas trocas comerciais entre os municípios.

Essas interações espaciais permitem que essas cidades, pela troca de comércio transfronteiriço, promovam uma mudança nas zonas fronteiriças em uma área de conexão, de interações e de cooperação entre as economias insulares de dois Estados. Ademais, também facilitam a abertura e o fechamento das fronteiras devido ao movimento

populacional¹ que o atravessa, de modo que grande parte das pessoas que se desloca e não voltam ao Haiti, como se constata no Gráfico 1.

Gráfico 1. Fluxos de pessoas que atravessam a fronteira da cidade de Ouanaminthe e da cidade de Dajabón (2012)



Fonte: Ofício Nacional de Estatística – ONE, 2015; CFI, 2016. Elaboração própria do autor.

Embora enfatizando que essa agenda de fronteira tanto do Haiti quanto da República Dominicana passou a ser restringida à relação geopolítica binacional em 1936 a 1990, cujos sinais podem variar em função dos governos e os fluxos migratórios, severamente controlados por ambos os Estados e em particular por cúspides militares. Dessa forma, a inquisição de segurança ocupou um papel predominante qualitativo e quantitativamente. Essa agenda passa a ser aumentada devido à abertura do conteúdo econômico, enquanto a segurança começa a se relacionar mais com as novas questões de tráfico de drogas e terrorismo, em conexão direta com a falência das instituições militares e paramilitares do Haiti (ALFONSO 2010).

Ao afirmar que nas diversas relações constituídas nas áreas de fronteira do Haiti e da República Dominicana, como pensa Machado (1998), as atividades comerciais ilícitas e

¹De acordo a entrevista realizada com chefe do plantão da polícia de migração de Ouanaminthe, relata que não há banco de dados disponíveis sobre o número de pessoas que atravessam a fronteira entre Ouanaminthe e Dajabón durante o período de 2000-2017. Como não temos um sistema computadorizado, essas informações são muito difíceis de encontrar e pode levar muito tempo para retranscrevê-los e também grande parte desses dados podem ser apagados porque o Estado haitiano usando o sistema tradicional para gerenciar esses dados. Segundo o policial, uma vez que todos esses dados não estão disponíveis, isso explica a existência de um Estado fraco. Segundo ele, talvez o Ministério do Interior deva ter essa informação (Policial de Migração, informação verbal, Trabalho de campo, 29 de janeiro de 2019).



ilegais, informais (tais como de drogas, e outros tipos de mercadorias), estão vinculadas às práticas de lavagens de dinheiro e de contrabando, instituem como um modelo simbólico. Essas atividades não são movimentadas nos diferentes padrões de redes. Portanto, esses tipos de comércios ilícitos possuem uma particularidade de atividades transnacionais, funcionando em uma escala global, porém os seus lucros baseiam-se no risco que caracterizam nas distinções de legislações e no controle das delimitações de cada Estado.

Assim, o comércio de dinheiro, tais como as moedas, papel ou crédito compartilham de igual ambivalência a de fortalecer as vantagens, ao efetivar de modo transnacional e, concomitantemente, de se beneficiar das diferenças jurídico-político-econômicas entre os Estados circunvizinhos.

Em entrevista, Louis, vendedor e comprador de pesos e dólar no mercado, originalmente da Cidade do Cabo, regularmente frequenta o mercado fronteiriço de Ouanaminthe-Dajabón há 4 anos (de segunda a sexta-feira). Esse vendedor ambulante compra e vende pesos para os haitianos que cruzam a fronteira. Segundo ele, o mercado transfronteiriço não representa o câmbio comercial entre haitianos e dominicanos, já que os comerciantes haitianos que frequentam esse mercado vêm apenas para comprar mercadorias entre os dominicanos. Ele aproveita o mercado para vender e comprar moedas, tanto pesos como gourdes, que os comerciantes precisam para comprar as mercadorias na fronteira. Esse dinheiro é vendido e comprado sem registro nem controle. Os preços de câmbio foram negociados entre nós para facilitar as realizações das trocas. Assim, consegui aproveitar a vida no mercado de Ouanaminthe e Dajabón. Ademais, isso permite que os comerciantes haitianos procurem por uma oportunidade e comprem bens e serviços dominicanos porque nosso governo haitiano não faz esforços para desenvolver a economia do país, para criar empregos para os haitianos. O que faz com que os haitianos tenham dificuldade em encontrar produtos e trabalhar em seu território. É por esse motivo que eles vão à República Dominicana, para comprar produtos, bens e serviços, e procuram oportunidade para garantir a necessidade de sua família no Haiti. Isso realmente representa um déficit para a economia haitiana (Trabalho de campo, informação verbal, Louis Pièrre, 2019).

Nessa perspectiva, o que é normalmente conhecido como as consequências das áreas de fronteira derivada das distorções dos fluxos produzidos nas delimitações justapostas num determinado espaço. Tais fluxos gerados pelas fronteiras podem ser interrompidos em caso de fechamento das fronteiras, que foi encorajado pelo processo de exploração diferencial produzido (contrabando). Posto isso, mostra-se que em relação a qualquer norma estabelecida, os limites espaciais permanecem como uma capacidade de transgressão do perímetro imposto. Desse fato, a transformação do *status* da zona de fronteira do Haiti e da República Dominicana inquire ainda de novas vinculações com os territórios e sua capacidade reproduzir espaços.



Todavia, o Estado passa a gerir o controle estabelecido dentro o limite dessa jurisdição do território. Assim, a faixa de fronteira é construída com as visões bem definidas no decorrer da história política tanto entre os Estados nacionais e a delimitação de soberania do poder central quanto do espaço vivido e das interações entre populações nas áreas de fronteiras (FERRARI, 2014). Já que com o processo de abertura e fechamento da fronteira, conforme Alfonso (2016), o fluxo de pessoas, sobretudo a população haitiana que atravessam a fronteira é descontrolada. Nesse contexto, a significação da agenda de preservação dos pontos básicos de fronteira, ou seja, de segurança, de investimento, de migração, de comércio, e do meio ambiente, dando ênfase de variações em oposição ao interesse das inquisições geopolíticas, estratégicas e comerciais entre os territórios de dois Estados.

Territórios fronteiriços: lugar de disputas pelo controle

Os territórios surgem e que revelam-se as disputas entre lugares centrais e periféricos, espaços públicos e privados que exercem as mercadorias ilegais e legais e põem em inquisição os pensamentos extensamente apresentados no qual as fronteiras espaciais e sociais de um Estado, o organizador, são lugares de desordens onde o Estado rivaliza os problemas para constituir a normas de condutas e ao disciplinar os costumes e usos (DORFMAN; CARDIN, 2014). Todavia, a fronteira gera sob o controle das agências de vigilância da República Dominicana. Dado a isso, segundo Mezzadra (2015), a ampliação e a modificação das fronteiras, no período atual, passam a induzir os efeitos a respeito das transformações dos processos de inclusão e exclusão da população das margens da fronteira.

Considera-se a relevância de fluxo de pessoas, de mercadorias e trabalhadores que se movimenta nas áreas de fronteira, pois esses componentes estimulam a fronteira nacional como componentes estruturantes do espaço social e geográfico. Dessa forma, pensa-se em novas formas de estabelecimento da fronteira, mais indeterminadas que refletem uma territorialidade recomposta em escalas espaciais diversificadas, incluindo as dimensões local, regional e global. No momento atual, do desenvolvimento do preceito das fronteiras, é importante compreender o desaparecimento, o reaparecimento e a evolução das fronteiras como cidadania, identidade, inclusão/exclusão e integração social (MOUDDEN, 2006).

Refere-se à integração social e a dinamização das fronteiras, como descreve Dorfman e Cardin (2014), os limites do território constituem a pontos produtivos para



compreender o Estado, em razão de que são as fronteiras que simbólica e fisicamente indicam o seu limite de atuação primário. Sendo ainda que a separação política e étnica e moral e entre o Estado central e suas margens² de fronteira se atribui a periferia de uma importância ideológica, de um valor estratégico e político, o que obriga o Estado nacional sempre em mobilidade de reconstrução. Nas delimitações internacionais, o Estado promove um impulso para impor o controle do monopólio legítimo da força porque as fronteiras detêm um valor estratégico nas esferas políticas, ideológicas e econômicas.

A respeito disso, o questionamento que desvaloriza a função estratégica atribuída às fronteiras políticas em muitos acontecimentos emerge para manter a eventual integridade das delimitações internacionais. Ainda que essas políticas restritivas dentro de visão defensiva do território nacional estipulem exigências especiais para as suas compras e usos de terras, efetuação de atividades econômicas, estabelecendo níveis insignificantes de permeabilidade às relações de trocas, colaborando para uma cidade disseminada nas áreas de fronteira do Haiti e da República Dominicana.

Nesse contexto, exerce-se o direito legítimo do Estado, onde se nota a relevância dos tratados de fronteira para além da delimitação territorial estatal, de um acordo sobre alocação técnica do território que reconhece a validade da área de fronteira como internacional por meio das normas internacionais de igualdade formal dos Estados (MOULDEN, 2006). É no âmbito dessas normas estabelecidas que as fronteiras não representam um lugar onde o poder dos Estados se esmorece, no qual se torna menos estruturado, menos racional, disfuncional ou quase não existe. Para o Estado, as áreas de fronteiras simbolizam e são efetivamente os limites do território de controle do Estado. Como as zonas de fronteiras concomitantemente são lugares onde a natureza e as pessoas fronteiriças são incontroladas, facilitam os Estados a incorporar suas formas nas produções de leis no intuito de gerar os limites territoriais (DORFMAN; CARDIN, 2014).

Uma luta de fronteira ocorre quando um conjunto de práticas de subjetivação entra em conflito com as funções de regulação dos fluxos desenvolvidos pela fronteira, questionando o específico “equilíbrio” entre atravessamento e fortalecimento, que é o objetivo do sistema de controle daquela fronteira (MEZZADRA, 2015). Porém, a função de

²As margens (de fronteira) não são lugares de anomia e ausência do Estado, são espaços produzidos pelo modo como as forças da ordem concretizam, produzindo as formas do homem sagrado, em situações entrelaçadas nas circunstâncias de vida e trabalho dos que habitam esses lugares, como mencionam Das e Poole (2004) e Telles e Hirata (2010). Na consideração feita pelas autoras, a produção das margens ainda não representa as explicações territoriais, periferia ou territórios de pobreza. Portanto, elas se deslocam, se fazem e refazem à medida que transformam os alvos, as conveniências, o núcleo das atenções das reproduções da ordem, em conjunturas concretas de tempo e espaço (DAS; POOLE, 2004).



controle da fronteira se concentra na mobilidade de pessoas por meio de uma política de vistos e de uma ausência de acordos de reconhecimento. Os regulamentos exclusivos de facilitação podem ser oferecidos para as populações transfronteiriças. Da mesma forma, relaciona-se às ideias de que o surgimento de Estados-nação no século XXI foi associado à formação das polícias culturais que fragmentaram a área fluida como observado no caso da fronteira do Haiti e da República Dominicana.

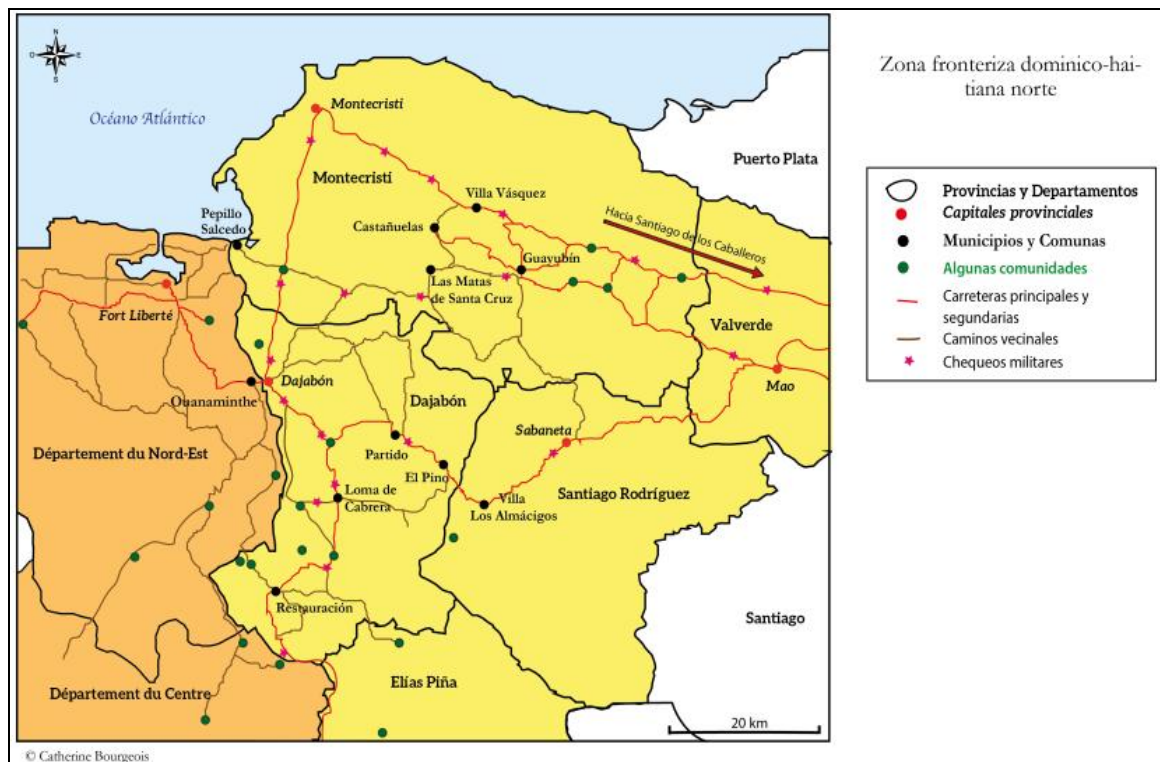
É possível notar que a diversificação e reestruturação econômica da República Dominicana teve outro efeito importante na abertura da fronteira. Nesse caso, a migração de haitianos poderia ser uma atividade centralizada. Conforme os acordos instituídos entre os dois governos, fazem com que os trabalhadores haitianos fossem transportados de ônibus e caminhões de vários pontos de fronteira para exercer atividades na República Dominicana. Mas quando a demanda pelo trabalho haitiano começou a ser gerada a partir de diversos setores econômicos e de uma infinidade de pontos geográficos (urbano e rural), o fluxo migratório também se diversificou, seja individualmente ou através de contratantes privados.

Assim, a reabertura democrática da República Dominicana e do Haiti, em 1986, logo depois o exílio do ex-presidente Jean-Claude Duvalier, facilitou uma abertura integral da fronteira e a reativação parcial das relações fronteiriças (BOURGEOIS, 2016), o que constituiu componente importante papel no crescimento dos contatos via construção do mercado transfronteiriço dominicano devido ao embargo internacional do Haiti em 1990. Tal fato possibilita que zona fronteiriça seja considerada como uma área de intercâmbio econômico entre os haitianos e dominicanos. Além de manter uma forte relação entre si, também a fronteira passa por uma fase de militarização do lado da República Dominicana para repelir o processo de migração frequentemente mais crescente.

No período contemporâneo, a fronteira é ainda mais instrumentalizada quanto o Estado é recente, apresenta alta coesão interna ou mantém disputas territoriais com os países vizinhos. Essas delimitações externas funcionam como um forte potencial ou ativo, com um papel estratégico-militar central, possui um valor constitutivo para um Estado que quer ser soberano, o qual precisa ter limites bem construídos e guardados, que a identidade nacional em construção requer um alto nível de segurança emocional e contribuinte à preservação do Estado, como observamos no caso do Haiti e da República Dominicana (MOUDDEN, 2006). Assim, vem acontecer uma disputa na fronteira no momento em que um conjunto de práticas comerciais entram em divergência com as funções de regulamentação dos fluxos de pessoas e de mercadorias que envolvem nas áreas de fronteiras, interrogando as particularidades equilibras entre fortalecimento e atravessamento, objetivando do sistema de controle da fronteira entre os dois Estados.

A vontade política das autoridades dominicanas por serem ansiosas para delimitar o seu território nacional, mantêm a onipresença militar no limite fronteiriço criando uma impressão de sacralidade do território, ou seja, a separação, no sentido literal conceito. O que afirmamos durante as visitas técnicas, é que as rodovias que levam ao território haitiano são marcadas por um conjunto de postos militares, grupos de para-choque de grande porte e por barreiras removíveis (REDON, 2010). A cada intervalo de 3 km ou 5 km os ônibus têm que parar para que os militares subam para eventual verificação dos documentos. Portanto, essa verificação começa no início na entrada do portão, antes de chegar ao serviço da migração dominicana. Conforme mostra no Mapa 2, no qual representa a checagem dos documentos pelos militares dominicanos nas estradas que levam para o território haitiano.

Mapa 2. Fronteira dominicano-haitiana (2018)



Fonte: Catherine Bourgeois (2018).

A questão de fronteira que vem sendo destacada é muitas vezes um lugar de apropriação entre os juntos de mobilidade de fluxos de pessoas, trabalhos, incluindo econômicos. Sendo ainda no período contemporâneo, a demarcação política e a região socioeconômica, o lugar de prática das funções de soberania estatal e do jogo do mercado e as práticas de atividades da sociedade, em suma o Estado e a sociedade. Portanto, essas funções de controle não podem ser mais efetuadas na parte externa, mas nos portos de



entrada, que são os aeroportos, cruzadas/travessias terrestres que são representadas como as barreiras das redes mundiais (MOUDDEN, 2006).

No que se refere à fronteira entre o Haiti e a República Dominicana, observando que as iconografias que se enfrentam, de um lado, apontando com um desequilíbrio em interesse da ostensiva da República Dominicana. Essa desproporção iconográfica se representa na escala da ilha, e é representada por uma disparidade da mão de obra militar, que é o exército dominicano, o qual possui cerca de 40.000 membros (incluindo 24.500 soldados regulares e 15.000 paramilitares). De outro lado, o Haiti que dissolveu seu exército em 1995. A ausência, de fato, da ameaça militar haitiana poderia ter levado à desmilitarização no lado dominicano, mas ocorre o fenômeno oposto, que na prática, Corpo Especializado em Segurança de Fronteiras (CESFRONT), foi constituído por meio de um decreto em agosto de 2006; composto por 500 soldados e, possuindo, 3 helicópteros para assegurar suas intervenções e para ter melhor controle sobre os fluxos de comércio em contrabando e dos haitianos que entram ilegalmente no território dominicano.

No decorrer de sua visita à fronteira no ano de 2018, o Presidente dominicano Danilo Medina disse que o governo pretendia aplicar totalmente a lei de fronteira dominicana e passou ordenar que as forças armadas aumentassem seu efetivo para 900 soldados no objetivo de fortalecer as patrulhas costeiras na área entre Manzanillo e Puerto Plata, bem como Pedernales e Barahona. Além das forças já estacionadas na fronteira, esses nos novos reforços militares enviados para a região de fronteira chegaram a 6.300 soldados, aos quais se acrescentam homens do Corpo Especializado de Segurança nas Fronteiras Terrestres (CESFRONT), unidades da Marinha e da Força Aérea, além de pessoal de inteligência e migração (DGM). Além disso, o Presidente Medina ordenou a adição de 50 novos veículos todo-o-terreno e mais de 3 helicópteros, a fim de combater a penetração de haitianos ilegais e proteger a segurança e a soberania do território dominicano ao longo da fronteira (HAITILIBRE, 2018).

Segundo informação concedida pelo Ministro da Defesa Rubén Paulino Sem no *Jornal Haitilibre*, em 1º de janeiro de 2020, devido às novas agitações sociopolíticas no Haiti no início de 2020 e para lidar com as tentativas de retorno de muitos haitianos ilegais que saíram para passar as férias com suas famílias no Haiti, ele ordenou, na terça-feira, 31 de dezembro de 2019, o envio de 1.200 soldados adicionais de diferentes unidades do exército para fortalecer a vigilância da fronteira com o Haiti. Em relação ao novo envio das tropas militares na fronteira, o Comandante-Geral do exército, Estanislaco Gonell, apontou que o dispositivo militar na fronteira, além da luta contra a migração ilegal de haitianos no território dominicano, também visava combater o contrabando de armas, bens, tráfico de drogas,



combate ao crime transnacional e proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Com esses novos reforços, quase 11.000 soldados estão atualmente posicionados ao longo da fronteira com o Haiti e em lugares estratégicos, o equivalente a quase 18% de todo o pessoal militar ativo na República Dominicana.

A respeito do envio dos militares na zona fronteira da República Dominicana, Rubén Paulino Sem ressalta que o exército, a marinha, a força aérea, o corpo especializado de segurança nas fronteiras (CESFRONT), a polícia nacional, a Direção Geral de Migração (DGM) e o serviço à alfândega exercutaram um trabalho conjunto e eficaz. Ademais, incentivou os soldados estacionados ao longo da fronteira a realizarem sua autoridade com respeito à dignidade e aos direitos humanos nessas intervenções.

Convém lembrar que esses tipos de controle estabelecidos na fronteira pelo exército dominicano destinam-se a restringir o movimento dos haitianos no seu território. Toda vez, dois soldados e também acompanhados por um policial, monitoram esses controles delimitados por barreiras de entrada que fazem a checagem dos militares. Além disso, possuem pequenas guaritas que estão posicionadas ao lado da estrada, de vezes em quando há uma cela de poucos metros quadrados para viajantes ilegais.

Quando os veículos se aproximam de um posto de controle, os militares sobem nos carros ou veículos e verificam alguns documentos dos passageiros que provavelmente consideram serem ilegais, depois descem os ônibus e assim por diante. As metodologias empregadas para determinar quem monitora fazem partir ao campo sinais externos de assimetria. É de conhecimento geral que o entendimento temporal se expande no que se refere ao uso de tecnologias de controle e do Estado sobre os territórios nacionais que, portanto, diferenciadas a temática do limite territorial, das clivagens sociais e étnicas e da hierarquização na correlação com a barreira e as porosidades das áreas de fronteira.

No cenário mais recente, observando que as barreiras visíveis de controle e de filtragem de pessoas (como no caso do Haiti e da República Dominicana), os pontos de atravessamento de vários capitais através de mercadorias, alcançam e formam arquipélagos de diferentes lugares, zonas diversificadas e redes de cidades no território nacional que exteriorizam de forma disseminada de novas soberanias cruzadas e de novas reterritorializações e recíprocas. É possível ressaltar que em relação às geopolíticas dos Estados. Assim, a questão da segurança nacional, especialmente para os países do centro do sistema capitalista que estabelecem as forças militares no outro país, é considerar como um assunto, sobretudo para os países do centro do sistema que mantém exércitos no exterior, permanece como uma questão impressionante.



Percebe-se que esse modelo é aplicável devido à porosidade das fronteiras para uma ação racional da globalização econômica, e por outro lado, essas fronteiras devem ser rígidas para garantir a defesa/segurança nacional. É nesse contexto que essa representação da porosidade aparece como um padrão e também se refere à função das fronteiras como um filtro que pode deter certos fluxos de mercadorias ou pessoas e também deixar passar outros elementos na fronteira.

Assim, é importante afirmar que as falhas militares e iconográficas ocasionam as omissões nas práticas da violência física legítima no lado haitiano, enquanto a corrupção é confirmada no lado dominicano. Contudo, a organização política de natureza institucional não poderia efetivar o monopólio da violência e se impõe às leis através do funcionamento do judiciário, da polícia e do exército visto que o Estado não desempenha a sua função. Isto posto que as áreas de fronteira decorram em princípios de arbitrariedade (REDON, 2010); ainda que no cenário atual, incorpora-se ao entendimento de fronteira novos componentes, além dos aspectos geopolíticos, contando que a relevância das atividades de fronteira esteja baseada na economia política dos territórios estatais.

Além disso, há exigência de enriquecer essa questão em relação às dinâmicas atuais, que se dá a partir das estratégias cotidianas dos moradores das margens, no mínimo quando é admissível atravessá-la, por meio de um trabalho reintegrado, que nas estratégias de acesso a esses produtos, é menos tributado outro lado ou para residências menos caras. Estimulando por explorar as diferenças de salários, preços e rendimentos, de acordo com as leis em vigor pelos dois Estados, no objetivo de estabelecer o controle da soberania nacional.

Considerações finais

O Artigo foi abordar uma discussão sobre o desenvolvimento da região de fronteiras e novas formas de uso do território no caso da fronteira do Haiti e da República Dominicana, onde tais fronteiras, reforçando essa consequência de separação e de ruptura, visto a militarização por partir da República Dominicana, e produzem um resultado de diferenciação e disjunção que amplificam o corte, marcando e reforçando as particularidades, levam cada subespaço da fronteira a se reorganizar. As fronteiras dão origem a assimetrias políticas e jurisdicionais que resultam em divergências de atuação, social, econômico e cultural. Essas diferenças são ainda maiores, uma vez que os sistemas existentes em cada um dos países vizinhos são claramente divergentes e se esforçam para fortalecer suas particularidades e sua própria identidade nacional.



Em virtude dos fatos mencionados, entende-se que a fronteira existente entre o Haiti e a República Dominicana não é exclusivamente um espaço político e geoestratégico onde cada Estado mantém o controle no limite dessa jurisdição; percebe-se que a fronteira desempenha um papel relevante na passagem e nos caminhos para o trânsito de pessoas e fluxo de mercadorias, de um Estado para o vizinho. Dado que a fronteira entre Haiti e República Dominicana, além das divergências ideológicas, geopolíticas, político-institucionais, culturais e econômicas, exercem em ambos Estados, práticas sociais transnacionais, às vezes, ilegais que constantemente produzem nas demarcações nacionais instituídas constituídas.

Referências bibliográficas

AMILHAT-SZARY, Anne-Laure; FOURNY, M. C. **les frontières, avec la frontière; nouvelles dynamiques transfrontalières en Europe**. La Tour d'Aigues. Ed, de l'Aube, 2006.

ANCEL, Jacques. **Géographie des Frontières**. Paris: Gallimard, 1938.

BRANDÃO, Carlos Antonio. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2ª ed. Editora: UNICAMP,/SP, 2012.

CATAIA, Márcio. **Fronteiras: territórios em conflito**. In Anais do XIII Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia (EPEG). Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2010.

_____. Quem tem medo das fronteiras no período da globalização? *Revista Terra Livre*, vol.1, nº 40, p.65-80, 2013.

JAQUET, H. Más allá de las fronteras, las fronteras: una aproximación socioespacial a las situaciones fronterizas de Misiones, Argentina. In. H. Dilla (coord.), Ciudades en la frontera. Santo Domingo, República Dominicana: **Editorial Búho**, 2008, p. 33-66.

MACHADO, Lia Osorio. Limites e fronteiras. da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território*, vol. 8, p.10-29, 2000.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. **La frontera como método, o, la multiplicación del trabajo**. Buenos Aires. Tintas Limón, 2016, 509 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 2º Ed. São Paulo, SP: Annablume, 2005.

MOUDDEN, Lena Poschet E. **Villes à la frontière et transformation de l'espace: le cas de Haïti et la République Dominicaine**. Thèse de Doctorat à la faculté de l' environnement naturel, architectural et construit. École Polytechnique Fédérale de Lausanne, 2006.

RAFFESTIN, Claude. Espace, temps, Frontière. *Cahiers de Géographie de Québec*. v. 18, nº 43, p. 23-34, 1974.

_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REDDON, Marie. Frontière poreuse, État faible? Les relations Haïti / République dominicaine à l'aune de la frontière. *Bulletin de l'Association de géographes français*, v. 87, nº 3, p. 308-323, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato e ferramenta. In LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). **Brasil, século XXI – por uma nova**



regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 194-212.

SACK, Robert. **The human territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** 2a ed. São Paulo: EDUSP, 2004 [2002].

SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003 [2001].

SILVA, Marlon Lima da; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA.** *urbe*, vol. 9, n.1, Curitiba, 2017.